

Gênero e currículo: uma análise do discurso de gênero no currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco

THAYANE PHAMELLA DA SILVA

Resumo: A partir de questionamentos levantados durante a graduação de licenciatura em pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco, o presente trabalho realiza uma análise do discurso de gênero no currículo do curso de pedagogia da UFPE, relacionando as produções nos campos de Ensino, Pesquisa e Extensão – no período de 2015 a 2022, e minha própria vivência curricular, no período de 2018 a 2023. Para tanto, acionamos um panorama teórico situado no campo pós-estruturalista, que percebe os conceitos de **gênero** como categoria multidimensional constantemente construída e retomada, primariamente ligada à construção de sujeitos e relações sociais; currículo como arena em disputa, vitalmente associado à construção das identidades e manutenção da ordem do discurso, por sua vez entendido como aquilo que manifesta ou oculta o desejo e também é objeto do desejo, isto porque está intimamente ligado ao poder, traduzindo as lutas e, simultaneamente, aquilo pelo qual se luta.

Palavras-chave: Gênero; Currículo; Análise do discurso; Pedagogia; Formação Docente.

INTRODUÇÃO

Apesar das grandes transformações sociais intensificadas com o passar dos anos, sobretudo quando pensamos nas concepções sobre mulheres, ainda hoje vivenciamos a hegemonia da sociedade patriarcal - que pode ser percebida através dos discursos e da organização social.

Faz parte deste modelo a visão dicotômica sobre gênero, que é dividido entre homem e mulher, o que chamamos de lógica binária, e a concepção heteronormativa sobre a sexualidade, que é a ideia de heterossexualidade como a única expressão válida de sexualidade. Também é muito comum, neste discurso, que o gênero e a sexualidade sejam interpretados com o mesmo significado, isto porque esta concepção se apoia na teoria do determinismo biológico, muito difundido pelas religiões judaico-cristãs, e que diz haver uma naturalidade de papéis e funções diferentes para o homem e para mulher.

Por exemplo, este discurso diz que Deus criou o homem naturalmente mais forte e bruto, para amar, se relacionar e cuidar, exclusivamente, da mulher, que é mais frágil e delicada, e, por isto, haveria a submissão da mulher em relação ao homem. Seguindo esta lógica, seria natural que o homem seja incentivado, desde a infância, por diversos estímulos, a inibir sua sensibilidade e explorar sua brutalidade, e a mulher o oposto.

Este é um conjunto de crenças que apoiou a criação de um sistema, intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade, chamado de sistema sexo-gênero (Lauretis, 1994) que, de acordo a teórica sobre estudos feministas, Teresa de Lauretis (1994), é um sistema simbólico, ou de significações, que percebe as concepções culturais de masculino e feminino de forma complementar, e excludente, e que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. Sistema este também conceituado por Gayle S. Rubin (1975), teórica da política do sexo e gênero, como “série de arranjos através dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da

atividade humana” (Rubin, 1975, p. 159). Contudo, na década de 60, nos Estados Unidos, apoiadas em uma concepção pós-estruturalista de sociedade e também no feminismo, teoria da opressão de gênero que vai de encontro ao patriarcado, feministas radicais passam a utilizar gênero para designar as relações sociais entre os sexos. Rejeitando completamente o determinismo biológico, elas categorizam o gênero como produto de diferentes tecnologias sociais, organizado por sistemas de poder, e não uma propriedade de corpos que existiria a priori; bem como diferenciam os conceitos de gênero, sexo e sexualidade. De acordo Connel e Pearse (2015), “De maneira informal, gênero diz respeito ao jeito que as sociedades humanas lidam com os corpos humanos e sua continuidade e com as consequências desse “lidar” para nossas vidas pessoais e nosso destino coletivo” (Connel e Pearse, 2015, p 49).

Entretanto, não podemos perder de vista que a diferenciação dos conceitos não implica excluir a relação entre as categorias, levando em consideração que a sexualidade é um elo das relações entre os gêneros, onde muito da opressão das mulheres é suportada, medida e construída (Rubin, 2006). Isto porque, assim como outras estruturas sociais, o gênero é multidimensional, o que significa que a categoria não diz respeito apenas à identidade, nem apenas ao trabalho, nem apenas ao poder, nem apenas à sexualidade, mas a tudo isso ao mesmo tempo (Connel e Pearse, 2015). De acordo com Joan Scott,

[...] a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino (Scott, 1995, p. 26).

Sendo assim, essa dimensão decisiva é um dos motivos pelo qual a categoria gênero é um modo primeiro de significar as relações de poder entre os sexos (Scott, 1995). Sendo importante ressaltar que adoto uma linha teórica foucaultiana, que percebe o poder, de forma onipresente e intencional, como o jogo de relações que, através de lutas e enfrentamentos incessantes, transforma, reforça e inventa a multiplicidade de correlações de forças (Foucault, 1977).

Tendo em vista os conceitos destacados acima, o presente trabalho surge através da minha vivência enquanto discente do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco que, apesar das significativas mudança nas concepções sobre o profissional docente e a crescente presença masculina na docência, implicando novas questões no campo do gênero, ainda hoje, é, majoritariamente, composto por mulheres. De acordo com dados fornecidos pela coordenação do curso, através de um levantamento realizado em conjunto com a Superintendência de Tecnologia da Informação da UFPE (STI) – que apontam para 860 estudantes com nomes femininos¹, representando 85% de um total de 1.007 estudantes ativos no semestre 2023.1, o que seria uma herança das concepções tradicionais que relacionam docência, cuidado e mulher.

¹ Embora esses dados sejam aproximativos, consideramos relevantes para a reflexão da pesquisa, em virtude de contemplar de forma preliminar o processo de identificação de gênero da maior parte das pessoas matriculadas no curso.

Entretanto, reafirmo o uso do substantivo mulheres, em sua forma plural, exatamente por compreender a pluralidade de expressões do que é ser mulher, negando que exista uma concepção essencialista e arquetípica de mulher (Lauretis, 1995). Ainda assim, apesar da presente pesquisa considerar esta pluralidade de expressões, em sua maioria, percebemos as discentes do curso de pedagogia da UFPE como pessoas que performam os estereótipos estéticos que são considerados hegemônica e normativos. Logo, ser uma mulher que não performa os estereótipos de gênero heteronormativos, assim como outros colegas de curso, resulta em uma dinâmica de relações diferente para o cotidiano acadêmico durante a graduação, o que provocou as questões que mobilizaram a presente pesquisa.

Desta forma, por ser graduanda em um curso que visa a formação inicial de professores, e por entender gênero como uma categoria multidimensional constantemente construída e retomada, que também está primariamente ligada à construção de sujeitos e relações sociais, tornou-se impossível não relacionar gênero e currículo, visto que este último campo também se constitui enquanto arena em disputa (Reis e Paraíso, 2014) vitalmente associado à construção das identidades (Silva, 1999).

Sendo assim, levantei alguns questionamentos a respeito da presença do debate sobre gênero no currículo de Pedagogia da UFPE: qual o tipo de discurso sobre a temática tem sido construído, enfrentado e perpetuado pela instituição? Em qual campo o debate está situado - o institucional ou o subjetivo? Os professores possuem formação a respeito da temática? Qual a participação dos estudantes neste debate?

Além disso, trazendo o questionamento para um âmbito mais pessoal: por que não sou profissionalmente aceita e vista da mesma forma que uma colega de turma que usa roupas da “sessão feminina”, que tem cabelos longos, que não possui muitas tatuagens e que se relaciona com homens? Na prática, o debate desenvolvido pela instituição dá conta de transformar esta realidade?

Não me proponho a responder todas as questões, mas, no presente trabalho, me disponho a analisar o perfil do curso de pedagogia da UFPE através de uma perspectiva de gênero, relacionando as produções nos campos de Ensino, Pesquisa e Extensão – no período de 2015 a 2022, e minha própria vivência curricular, no período de 2018 a 2023. Para tanto, tomei como objetivo geral refletir sobre o discurso de gênero no currículo de formação de professores do curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco e como objetivos específicos, primeiro, analisar o perfil curricular 1322 do Curso de Pedagogia a partir de uma perspectiva de gênero e, segundo, analisar a presença da temática de gênero nas atividades de pesquisa e extensão ofertadas no período entre 2015 e 2022.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Comumente, gênero é entendido como uma diferenciação cultural de papéis vivenciados por homens e mulheres. Nesta lógica, que sempre vem sofrendo arranjos temporais e culturais, o sujeito é identificado, muitas vezes ainda dentro da barriga, através de seu sexo biológico, enquanto macho ou fêmea o que, conseqüentemente, o classificaria como homem ou mulher. Classificação esta que é de fundamental importância para nortear a forma com que construímos, e vivenciamos, a sociedade e as relações sociais.

Apesar das conquistas do movimento feminista, esta concepção de gênero ainda é predominantemente aceita, produzindo, e reproduzindo, as desigualdades nas relações entre os gêneros. Isto porque se baseia em uma noção de “verdade do sexo” (Foucault, 1997), que seria uma expressiva ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a expressão de ambos na manifestação do desejo sexual (Butler, 2003), produzida por práticas reguladoras.

Nesta verdade do sexo, é instituída a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, onde estes são entendidos como atributos de “fêmea” e “macho” (Butler, 2003). É a partir desta produção de oposições que ocorre a heterossexualização do desejo, entendimento que o macho e a fêmea devem sentir desejo pelo sexo oposto, e a construção de uma identidade de gênero, entendida como uma relação entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (Butler, 2003).

Entretanto, Butler (2003) alerta para o caráter produtor, e reprodutor, de desigualdades, e silenciamentos, que esta ideia essencialista e inflexível da concepção de gênero apresenta:

A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” — isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero” [...] Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural (Butler, 2003, p. 44).

Isto porque é uma concepção baseada em suposições tradicionais e patriarcais, que ignora outras categorias fundamentais às relações sociais, tais como raça e classe. É necessário então pensar gênero como relações, fronteiras, práticas, identidades e imagens ativamente criadas em processos sociais que, de acordo com Connel e Pearse (2015):

[...] passam a existir em circunstâncias históricas particulares, moldam a vida das pessoas de maneira profunda e frequentemente contraditória e estão sujeitas a mudanças e lutas históricas. (Connell e Pearse, 2015, p. 84).

Logo, é de fundamental importância a diferenciação entre os conceitos de gênero, sexo biológico e sexualidade. Gênero, como foi conceituado nos parágrafos acima, é um produto de diferentes tecnologias sociais, onde ideias sobre comportamentos adequados a cada gênero circulam, constantemente, não apenas pelas mãos de legisladores, mas também nas atitudes de padres, pais, mães e professores, publicitários, DJs e etc. (Connell e Pearse, 2015). Para Butler (2003), “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (Butler, 2003, p. 69). O “sexo biológico” está ligado aos aparelhos reprodutores, isto porque somos umas das espécies que se reproduzem de maneira sexuada, o que é um fato central para análise do gênero (Connell e Pearse, 2015), mas é importante destacar que “A categoria de sexo não é nem

invariável nem natural, mas sim um uso especificamente político da categoria da natureza, a qual serve aos propósitos da sexualidade reprodutora.” (Butler, 2003, p. 195).

Ou seja, a divisão entre sexo masculino e feminino é uma adequação às necessidades econômicas da heterossexualidade (Butler, 2003), e não uma categoria natural, neutra ou pré-discursiva. Já a sexualidade se refere ao desejo sexual, contudo, como afirma Foucault (1997), é o correlato de uma prática discursiva, que é muito mais do que um mecanismo de exclusão ou rejeição, mas sim da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes. Ou seja, a sexualidade fala sobre o desejo sexual, mas este desejo não se constitui a priori, de forma natural, ou relacional, ao gênero e/ou ao sexo biológico.

Bem como gênero e sexo, a sexualidade é produzida, e reproduzida, através de diferentes tecnologias discursivas. Sendo assim, é através desta análise que Weeks e Foucault consideram toda a sexualidade como construída, a convencional não menos do que a desviante (Rubin, 2006).

E é exatamente através da relação entre estes três conceitos: gênero, sexo e sexualidade - onde muito da opressão das mulheres é suportada, medida e construída (Rubin, 2006), que podemos afirmar a existência de um sistema sexo-gênero, intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade, que se configura como um sistema simbólico, de representações, que atribui significados a indivíduos dentro de cada sociedade, e que percebe as concepções culturais de masculino e feminino de forma complementar e excludente, além de relacionar o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sexuais (Lauretis, 1995 e Rubin, 2006).

O sistema hierárquico, mencionado no parágrafo acima, diz respeito a divisão dos desejos e experiências relacionadas à sexualidade entre “normativas” e “desviantes”, a partir de uma ideologia sexual popular, o estigma erótico, que diz haver uma verdade sobre o sexo e, em oposição a esta verdade, uma ideologia sexual desviante que ameaça a moral e os bons costumes.

Este jogo discursivo configura-se como um mecanismo de manutenção da noção de essencialismo sexual, que é a concepção de que o sexo é uma força natural, imutável, a-social e trans-histórico (Rubin, 2006), onde, dentro desta concepção essencialista, a sexualidade normativa é experienciada entre sexos opostos, o que entendemos por heteronormatividade.

A abordagem mais influente que visa se opor e criticar este conjunto de crenças essencialistas é a teoria queer, uma nova onda no pensamento lésbico e gay, impulsionada pelo trabalho da teórica de gênero e sexualidade, Judith Butler, que enfatizava a fragilidade de todas as categorias identitárias e via o gênero, em princípio, como fluído, negando assim a heteronormatividade compulsória que empurra as pessoas para identidades fixas em binarismos de gênero (Connel e Pearse, 2015).

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o

sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (Butler, 2003, p. 27).

Como podemos perceber, e que será aprofundado mais a frente, sexo é também uma categoria discursiva, tão amplamente rarefeita por procedimentos exteriores, e internos, de controle e delimitação dos discursos (Foucault, 1970) - seja através de sistemas de exclusão ou princípios de classificação, que se apresenta em arranjos tão familiares que parecem fazer parte da natureza (Connel e Pearse, 2015), o que significa dizer que:

No cotidiano, tomamos o gênero como algo dado. Reconhecemos uma pessoa como homem ou mulher, menino ou menina, instantaneamente. Organizamos nossos afazeres em torno desta discussão. Casamentos convencionais exigem pelo menos uma pessoa de cada gênero. Partidas de tênis da modalidade de duplas mistas precisam de duas pessoas de cada gênero [...] A crença que distinções de gênero são “naturais” faz as pessoas se escandalizarem quando alguém não segue o padrão [...] (Connel e Pearse, 2015, p. 36-37).

Durante meu período enquanto discente do curso de pedagogia, ouvi diversas vezes que eu não tinha o perfil comumente associado ao de uma graduanda nesta licenciatura específica, bem como fui questionada, algumas vezes, se realmente me identificava com o curso. Além disso, durante as disciplinas de estágio obrigatório, fui tratada, diversas vezes, por funcionários do corpo escolar, alunos e responsáveis de alunos, por pronomes masculinos. Isto sem mencionar todas as vezes que fui olhada de forma inquisidora ao entrar nos banheiros da instituição – pois outras discentes do curso se questionavam se eu realmente tinha entrado no banheiro certo.

Estes são alguns dos exemplos de como os discursos de gênero são, cotidianamente, retomados e transformados pelas, e nas, relações sociais – tanto pelos sujeitos tidos por normativos quanto pelos sujeitos que estão flexionando as estruturas sociais, sobretudo as estruturas de gênero. Discursos que manifestam, ou ocultam, o desejo e também são objetos do desejo, isto porque estão intimamente ligados ao poder, traduzindo as lutas e, simultaneamente, aquilo pelo qual se luta (Foucault, 1970).

Tendo dito isto, de acordo com Foucault (1970), a produção destes discursos é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, e dominar seus acontecimentos. Para o autor, estes procedimentos podem ser de forma exterior, através de sistemas de exclusão, ou internos, que classificam, distribuem e submetem os discursos a outra dimensão: a do acontecimento e do acaso (Foucault, 1970).

Desta forma, é neste segundo procedimento, o interno, onde, através do comentário, se apresenta o princípio da rarefação: mecanismo/tecnologia onde as narrativas maiores se contam, se repetem e se fazem variar. São os discursos, que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles (Foucault, 1970). São as diversas vezes que fui chamada, “sem querer”, por pronomes masculinos.

No quarto ano, insultos homofóbicos, como chamar outro menino de “bicha” - já se tornaram comuns entre os meninos que aprendem, em sua maioria, que essa palavra expressa hostilidade antes mesmo de aprenderem sua conotação sexual [...]. (Connel e Pearse, 2015, p. 57).

Considerando que os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e falar (Silva, Hall e Woodward, 2007) gênero é uma categoria discursiva de análise primária das relações sociais, e que encontra na escola um local privilegiado da produção, e reprodução, de valores e discursos que o sustentam.

[...] a política curricular, agora já transformada em currículo, tem efeitos na sala de aula. Ela define os papéis de professores e alunos e suas relações [...] ela determina o que passa por conhecimento válido e por formas válidas de verificar sua aquisição [...] efetua, enfim, um processo de inclusão de certos saberes e certos indivíduos, excluindo outros (Silva, 1999, p. 10-11).

Portanto, entendendo que as políticas curriculares, enquanto discurso, são um importante elemento simbólico do projeto social dos grupos no poder, e compreendendo o currículo como um território em disputa, onde se concentram e desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político (Silva, 1999), torna-se fundamental entender como tem sido realizado o debate sobre gênero no curso de pedagogia da UFPE, que visa a formação de educadores aptos para atuar dentro e fora das salas de aula.

Ressaltando que entendo por currículo, juntamente com o currículo prescrito, o que Paraíso (2010) define por currículo-diferença - território de multiplicidades de todos os tipos, de disseminação de saberes diversos, de encontros “variados”, de composições “caóticas”, de disseminações “perigosas”, de contágios “incontroláveis”, e de acontecimentos “insuspeitados” onde, apesar de ser um território de ordenamentos e organizações, tudo vaza e constitui rizomas (Paraíso, 2010).

Registrar um currículo-diferença é acompanhar linhas e traçados de currículos em suas bifurcações; ver, sentir e falar de sua força, sua potência, sua composição, seus movimentos de criação [...] vê-se um procedimento ordinário [...] tornar-se um acontecimento. (Paraíso, 2010, p. 595).

Contudo, isto não implica diminuir o impacto e relevância dos sentidos produzidos e reproduzidos na dimensão institucional, onde operam os discursos hegemônicos de poder que produzem as diretrizes, concepções, pressupostos, objetivos e a estrutura normativa: a discussão que é proposta pelo currículo da instituição é suficiente para formar profissionais que tensionam e flexionam a ordem de gênero?

A partir deste questionamento, apresento uma pesquisa desenvolvida pelo Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social (CENDHEC, 2022) que, com apoio do Fundo Malala, buscou entender os efeitos das desigualdades de gênero na vida escolar de meninas. Realizada com 438 estudantes do ensino fundamental II das redes de ensino municipal

público do Recife, Camaragibe e Igarassu, o levantamento compõe uma das ações do projeto Na Trilha da Educação (Afrontosas, 2022).

De acordo os resultados obtidos na pesquisa, evidencia-se que, das meninas entrevistadas em Igarassu, Recife e Camaragibe, 59,1% responderam não saber o que é desigualdade de gênero, ao mesmo tempo, 66% acham que meninas e meninos não têm os mesmos direitos na escola (Afrontosas, 2022).

Além disso, sete em cada dez afirmam que seus professores não discutem o tema, porém 94,1% apontam que debater direitos de meninas e meninos é necessário (CENDHEC, 2022). Sendo assim, os resultados apresentados pela pesquisa nos levam a análise do processo de formação, de volta a problematização do debate sobre gênero dentro do currículo de formação, e levantam a hipótese de que os professores podem realmente não possuir base suficiente para lidar com as insurgências da temática dentro das salas de aula.

Posto isto, desenvolvo o presente texto - incluindo a análise dos documentos curriculares, localizando a relação entre gênero e currículo. Isto porque, assim como Silva (2006) e Reis e Paraíso (2014), compreendo currículo como arena em disputa, como uma política cultural, como uma instância de produção e circulação de discursos, na qual se travam lutas em torno da significação sobre os sujeitos (Reis e Paraíso, 2014). Discursos estes que falam, mas que também silenciam. Desta forma, entendendo também a potência do não-dito.

A partir destes conceitos, a primeira etapa da minha pesquisa é analisar onde localiza-se o debate sobre gênero dentro dos documentos institucionais que norteiam o “funcionamento” do curso de pedagogia da UFPE. Para isto, foram analisados o Projeto Pedagógico do Curso, o Perfil Curricular vigente (1322) e o Ementário das Disciplinas. Sendo importante destacar que tais documentos são norteados por diretrizes oficiais como as Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Curso de Graduação em Pedagogia, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Formação de Professores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Base Nacional Comum Curricular.

A seguir, descreverei os resultados obtidos a partir da busca por “gênero” como marcador de pesquisa no projeto pedagógico do curso, no perfil curricular, no ementário das disciplinas, nas pesquisas desenvolvidas e nas ações de extensão, juntamente com as provocações próprias da análise discursiva.

3. APRESENTAÇÃO DO ARQUIVO

O PPC é uma proposta curricular concebida e elaborada a partir da leitura crítica de documentos gerados pelos quatro (04) Departamentos do Centro de Educação, bem como pelo debate acumulado, nos últimos anos, sobretudo, pelo conjunto das educadoras e das instituições de ensino superior em consonância com alguns movimentos de educadores, como ANFOPE e FORUMDIR. Neste processo de produção tomou-se, ainda, como base articuladora das leituras e debates efetivados, as mudanças nas diretrizes nacionais que norteiam atualmente os princípios da formação dos profissionais da educação, sem perder de vista o compromisso social com a valorização da Educação Básica e do magistério e os próprios desafios da educação contemporânea (UFPE, 2007).

A partir da busca por “gênero”, no documento composto por quarenta (40) páginas, obtive quatro (04) resultados. No terceiro capítulo do documento, que diz respeito à “Concepção do curso: Pressupostos da formação do pedagogo”, no segundo parágrafo, encontramos a seguinte concepção da função do pedagogo:

O pedagogo enquanto profissional atua no âmbito da construção de conhecimentos, saberes, significados e sentidos e também como produtor de subjetividades multidimensionais de classe, gênero, raça, sexualidade, etnia e geração (Carvalho, 2004 in UFPE, 2007, p. 14)

No quarto capítulo do documento, que diz respeito aos “Objetivos do curso de pedagogia”, no tópico 4.2.3, correspondente aos “Eixos da formação profissional”, encontramos a seguinte concepção;

Formação com base nos princípios de respeito às minorias sociais, às diferenças de classes econômicas, a diversidade sócio-cultural, às *diferenças de gênero*, ao respeito das minorias linguísticas, as pessoas com necessidade educacionais especiais e outras, consoante as orientações dos direitos humanos e da educação inclusiva (UFPE, 2007, p. 19).

No quinto capítulo do documento, que diz respeito à “Integração curricular”, no tópico referente a “disciplinas complementares eletivas” encontramos a seguinte definição:

Disciplinas complementares eletivas que favoreçam a ampliação e a diversificação dos conhecimentos e vivências teórico-práticas voltadas às áreas de atuação profissional do pedagogo. Esse componente curricular focaliza o estudo de teorias e práticas educativas que contemplem a diversidade cultural e propiciem a elaboração de propostas inovadoras, no âmbito das políticas de educação, em geral, e da Educação Infantil e da Educação de Jovens e Adultos, em particular, focalizando especialmente a compreensão dos processos de formação humana e das lutas históricas pela educação pública de qualidade, por meio de temáticas como movimentos sociais, educação não-formal, diversidade, comunicação, gênero, corpo, trabalho docente e novas tecnologias (UFPE, 2007, p. 21).

Neste tópico, observamos que a categoria gênero, uma categoria política de análise primária das relações sociais, é inserida no conjunto de “temáticas que favorecem a ampliação e diversificação dos conhecimentos...”. Analisando o não-dito do discurso, podemos perceber este movimento enquanto uma estratégia discursiva para “contemplar” a categoria, mas, por outro lado, de forma disfarçada, relativizar a instância primária na qual o gênero é compreendido.

Isto porque, de acordo Foucault (1970), a vontade de verdade, procedimento de controle e delimitação do discurso, aparece para nós de forma mascarada, como riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente natural, enquanto ignoramos seu movimento de exclusão daqueles que buscam contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a própria verdade (Foucault, 1970).

E por último, no tópico “Estudo de aprofundamento: Disciplinas complementares eletivas”, onde há uma tabela com o nome de todas as disciplinas complementares que podem ser ofertadas pela UFPE, a palavra gênero aparece no título de umas das disciplinas: “SF462 - FAMÍLIA, GÊNERO E EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA SÓCIO-FILOSÓFICA”. Entretanto, torna-se necessário destacar que estas disciplinas eletivas não são ofertadas semestralmente, mas sim por demanda e/ou disponibilidade dos professores que se propõem a ministrá-las.

3.1. GÊNERO NO RELATÓRIO DE PERFIL CURRICULAR E NOS COMPONENTES OBRIGATÓRIOS – PERFIL: 1322-1

O perfil curricular é um documento que apresenta as disciplinas obrigatórias e as disciplinas eletivas que podem ser ofertadas durante a graduação em pedagogia. Nele é possível identificarmos informações como: componente curricular e período correspondente; carga horária prática, teórica e geral; créditos; pré-requisito e co-requisito; requisito de carga horária; equivalência, e ementa. No documento que contém cento e cinco disciplinas, eletivas e obrigatórias, na busca por “Gênero”, obtivemos oito (08) ocorrências. A palavra “gênero” surge em 4 enunciados, como conceito generalista de características que um grupo, classe, seres, e coisas têm em comum; sendo importante lembrar que anteriormente aos esforços das teóricas feministas radicais, o conceito de gênero era utilizado exatamente com este mesmo sentido: diferenciar homens e mulheres a partir de suas características físicas.

Posto isto, passamos a perceber que, o conceito de gênero surge distanciado de sua importância política, sendo abordado, de forma majoritária, enquanto o gênero que é articulado a categorias específicas, como família e história da docência.

Este arranjo se inscreve como um procedimento discursivo, com a finalidade de ordenar e distribuir o discurso, através de um paradoxo que desloca sempre, mas nunca escapa: dizer pela primeira vez aquilo que já foi dito e repetir incansavelmente o que nunca foi dito.

No que diz respeito ao perfil curricular, que é um documento, constituído por 205 páginas, que contém o detalhamento de todas as disciplinas que podem ser ofertadas na graduação em pedagogia e suas especificidades, tais como: ementa, objetivos, metodologia, avaliação, conteúdo programático, bibliografia básica e bibliografia complementar. E que é, sobretudo, parte fundamental do currículo prescrito, que define conhecimentos obrigatórios, ou seja, aqueles tidos como mais relevantes em relação a outros conhecimentos, para a formação em pedagogia. Passemos à análise mais detalhada do que informam os componentes sobre enunciados de gênero.

A palavra “gênero” é mencionada diversas vezes enquanto termo generalista, principalmente relacionada às disciplinas que estudam os gêneros textuais. Enquanto gênero como categoria discursiva é citado não mais do que em 5 disciplinas, sobretudo em títulos de bibliografia complementar. Desta forma, reforçando as tecnologias discursivas citadas anteriormente.

3.2. GÊNERO NAS DIMENSÕES DE PESQUISA E EXTENSÃO

No que diz respeito à produção de pesquisa do Centro de Educação, foram analisadas as pesquisas produzidas no período de 2015 a 2022, voltadas para a área de educação, mais especificamente no Centro de Educação, onde é ofertado o curso de pedagogia, a partir do marcador de busca “gênero”. No caso dos trabalhos de conclusão, dissertações de mestrado e teses de doutorado, o marcador foi identificado a partir dos títulos ou palavras-chave. Já no caso dos grupos de pesquisa, gênero foi identificado através dos nomes dos grupos, linhas de pesquisa ou objetivos. Sendo importante destacar que as informações foram retiradas do site da Universidade Federal de Pernambuco e do site ATTENA, depósito digital da UFPE.

Não é difícil perceber, a partir dos dados levantados (ver anexo 1) mesmo em uma análise exploratória, que, majoritariamente, as pesquisas realizadas sobre gênero estão sendo desenvolvidas por mulheres. Como apresentado nas informações acima, as dissertações e teses correspondentes ao debate de gênero na educação acontecem, sobretudo, pelas educadoras. Isto está posto.

Contudo, quais as informações ocultas nesta configuração? Por que os docentes homens não estão pesquisando gênero? Qual o limite entre o local de fala e o “discurso do louco” (Foucault, 1970)?

Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição. Penso na posição, razão e loucura. Desde a alta idade Média, o louco é aquele cujo discurso pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância [...] (Foucault, 1970, p. 11).

Paradoxalmente, simultaneamente, não estariam estas docentes performando essas tensões na ordem do discurso? Se colocando enquanto rachaduras, acontecimentos, nesta estrutura? (Reis e Paraíso, 2014).

Sobre a dimensão da Extensão, foram mantidos os mesmos critérios de busca: projetos de extensão realizados no centro de educação, tendo “gênero” como marcador de busca, podendo se apresentar no título ou no resumo (descrição) do projeto. Foram encontrados registros de 3 projetos/programas que trabalhavam gênero na perspectiva da extensão no período analisado.

1. NUCH-Trabalhar as Diferenças é Promover a Educação; COORDENADOR(A): Mitz Helena de Souza Santos;

2. I Encontro de Práticas Integrativas em Sexualidade, Gênero e Educação; Coordenação: Jaileila de Araújo Menezes Docente

Gênero, sexualidade e educação: perspectivas teóricas e movimentos de luta; Coordenação: Mitz Helena de Souza Santos

Sendo assim, tendo em vista o debate fomentado pela presente pesquisa, podemos nos questionar se os projetos de Extensão voltados para a temática, na frequência e quantitativo levantados, são suficientes para dar conta da demanda e complexidade na qual a categoria de análise é circunscrita.

4. PERCEPÇÕES A PARTIR DOS ENUNCIADOS DE GÊNERO

De modo geral, o projeto pedagógico do curso de licenciatura em pedagogia do Centro de Educação/UFPE é um documento comprometido com uma visão crítica e integral de profissional, que visa a formação do pedagogo enquanto agente participante na construção de conhecimentos, saberes, significados, sentidos e também como produtor de subjetividades multidimensionais de classe, gênero, raça, sexualidade, etnia e geração (Carvalho, 2004 in UFPE, 2007).

E é a partir desta concepção que o documento visa, além de propor as diretrizes, concepções, pressupostos e objetivos do profissional formado em pedagogia, bem como a estrutura normativa do próprio curso, propor também uma concepção de currículo:

um currículo que tenha como referência as diversas relações da prática pedagógica, a educação, o cotidiano da escola e o seu entorno, a escola e suas relações sociais, culturais e políticas e, ao mesmo tempo, as questões relacionadas aos fundamentos da Pedagogia, às questões que relacionam a Didática aos saberes ensinados/aprendidos, à Pedagogia no âmbito das Ciências da Educação (UFPE, 2007, p. 14).

Como podemos perceber, gênero é uma das categorias citadas como eixo estruturante da formação do pedagogo. Contudo, quando analisamos o perfil curricular vigente (1322.1) e seus componentes curriculares obrigatórios, não encontramos uma disciplina que se proponha a realizar, ou mediar, o debate sobre a categoria de forma aprofundada; o que temos são duas disciplinas eletivas encarregadas de trabalhar a temática com um maior grau de verticalidade.

Além disso, evidencia-se que a palavra gênero é mais citada enquanto conceito generalista de classificação do que como categoria de análise política, o que, como foi apresentado, se constitui enquanto um mecanismo discursivo de retomada do discurso hegemônico dos arranjos de gênero que constituem uma estrutura social.

Logo, podemos inferir, através da análise destes documentos, correspondentes ao currículo prescrito na dimensão do Ensino, que a categoria gênero, apesar de sua breve aparição no eixo correspondente à formação do pedagogo, no PPC da instituição, localiza-se à margem da discussão tida como prioritária na grade curricular do curso e dentro dessa estrutura social, como afirmam Connel e Pearse,

Neste sentido, a estrutura social condiciona a prática. No entanto, estruturas não são anteriores à vida cotidiana. Estruturas sociais são atualizadas (tornadas em atos) pela atividade humana ao longo do tempo e historicamente criadas. Relações de gênero são atualizadas quando continuamos nos envolvendo em “modos de comportamento generificados” [...] (Connell e Pearse, 2015, p. 157).

Após os resultados obtidos na primeira etapa da análise do currículo prescrito, no bloco correspondente ao Ensino, compartilho alguns questionamentos: apesar de “gênero” ser uma categoria incluída nos documentos normativos do curso, o eixo temático é discutido de forma prioritária? Levando em consideração que vivemos em uma sociedade patriarcal e heteronormativa, onde o debate sobre gênero é silenciado nas demais esferas sociais, promover a discussão sobre a temática dentro de uma eletiva (disciplina complementar de

escolha livre do aluno, a partir de suas necessidades e interesses) irá garantir que todos os profissionais consigam formar-se com base suficiente para lidar com as insurgências da temática dentro das salas de aula?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um curso que visa a formação inicial de um profissional docente, sobretudo a docência nos anos iniciais da educação básica, não é surpresa encontrar a presença de discentes mulheres de forma majoritária. Este é um padrão nos arranjos de gênero que constitui um regime de gênero institucional, presente em uma ampla gama de organizações, tais como as universidades, escolas, escritórios, fábricas, forças armadas e etc (Connel e Pearse, 2015).

De acordo com Connel e Pearse (2015), estes regimes de gênero de organizações particulares são parte de padrões maiores que também permanecem ao longo do tempo, e, como vimos anteriormente, podem ser chamados de ordem de gênero de uma sociedade, as quais, normalmente, correspondem à ordem de gênero mais geral, mas que também podem ter variações a partir dela.

Variações estas que, por flexionarem a estrutura social tida como normativa, causam estranhamento, isto porque uma estrutura das relações não decide como as pessoas ou grupos agem, mas certamente define possibilidades para a ação e suas consequências (Connel e Pearse, 2015).

Este é um dos motivos pelos quais a minha performance e identidade profissional são questionadas e problematizadas. Isso devido a, como vimos no decorrer deste texto, o curso de pedagogia ainda carregar uma forte herança das concepções tradicionais de docência e mulher.

Desta forma, ser uma discente que constrói um outro modo de vivenciar e me relacionar com as normas têm implicações diretas tanto na minha formação particular quanto no currículo do curso, que, como também vimos anteriormente, é um território de disseminações “perigosas”, de contágios “incontroláveis”, e de acontecimentos “insuspeitados”, onde, apesar de ser também um território de ordenamentos e organizações, tudo vaza e constitui rizomas (Paraíso, 2010).

Ou seja, isto significa dizer que a minha performance não-normativa de gênero, assim como a de outros colegas que também flexionam a norma hegemônica, configuram insurgências de gênero e rachaduras nos discursos da ordem de gênero no currículo do curso.

Por outro lado, podemos observar, através da pesquisa apresentada no presente texto, no que corresponde à dimensão do Ensino ofertado pela UFPE, uma repetição de mecanismos discursivos que constroem e retomam os discursos de gênero mais tradicionais. Sendo importante destacar que, para Butler, o sujeito não é determinado pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição que tanto se oculta quanto impõe suas regras, precisamente por meio da produção de efeitos substancializantes (Butler, 2003).

No que se refere à dimensão da pesquisa, gênero emerge de forma incisiva e problematizadora, principalmente através do trabalho realizado por professoras comprometidas politicamente com a categoria, de forma crescente no período analisado pelo presente trabalho.

Já na dimensão da extensão, analisando as produções no âmbito da educação pelo Centro de Educação da UFPE, houve ações de formação continuada, sobretudo nos anos de 2016 e 2018, que debatiam a categoria gênero, de modo geral, e sua relação com a educação. Contudo, movimentos estes que não foram registrados nos anos seguintes.

Posto isto, estes resultados levantam uma problemática sobre os arranjos de gênero construídos e retomados pela instituição. Visto que, de acordo Butler (2003), em certo sentido, toda significação ocorre na órbita da compulsão à repetição; a ação, portanto, deve ser situada na possibilidade de uma variação desta repetição.

Sendo assim, por situarmos o discurso não-hegemônico de gênero na instância dos acontecimentos de currículo, percebemos a necessidade do debate sobre gênero, como categoria primária na construção das relações sociais, a partir desta repetição conceituada por Butler (2003), sobretudo no que diz respeito à dimensão do ensino. Desta forma, propiciando a formação de um profissional docente capaz de subverter a ordem de gênero ainda fortemente presente na educação, como apontam pesquisas tais quais a desenvolvida pelo CENDHEC (2022).

ANEXO 1: Dados levantados sobre a produção de pesquisa em gênero do Centro de Educação 2015 - 2022

Figura 5 – tabela dos grupos de pesquisa

Fonte: autora

TCC – PEDAGOGIA – LICENCIATURA - 2015 a 2022

Busca: gênero – título ou palavras-chave Fonte: ATTENA – Depósito Digital da UFPE

1. Título: A QUESTÃO DO GÊNERO NA PRÁTICA CURRICULAR ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Palavras-chave: Currículo; Educação infantil; Prática curricular; Gênero; Artefatos curriculares.

Data: 2015

Orientadora: Rosângela Tenório Carvalho

2. Título: O BRINCAR DE MENINAS E MENINOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Palavras-chave: Gênero, Meninos e Meninas, Brincadeiras, Brincar, Educação Infantil.

Data: 2015

Orientadora: Zélia Granja Porto

3. Título: Pedagogia Feminista: O Caso do Programa de Formação Sociopolítica “Cidadania e Direitos das Mulheres”

Palavras-chave: Gênero, Educação, Feminismo.

Data: 2015

Orientadora: Sandra Montenegro

3. Título: “TIO, ELA É MENINA”: INVISIBILIZAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE RECIFE E OS IMPACTOS NA PRÁTICA DOCENTE

Palavras-chave: Gênero; sexualidade; políticas públicas educacionais; prática docente.

Data: 2017

Orientadora: Jaileila de Araújo Menezes

4. Título: A CONTRIBUIÇÃO DA DISCIPLINA SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Palavras-chave: Sexualidade, Educação, Pedagogia, Formação docente.

Data: 2017

Orientadora: Jaileila de Araújo Menezes

5. Título: A temática identidade de gênero na prática pedagógica de uma escola na cidade do Recife.

Palavras-chave: Gênero, Prática pedagógica, Identidade de gênero.

Data: 2017

Orientadora: Maria da Conceição dos Reis

6. Título: REFLEXÕES EM TORNO DAS NARRATIVAS DAS PROFESSORAS SOBRE SI: DIANTE DO ESPELHO

Palavras-chave: Gênero, Feminização da Docência, Sexualidade.

Data: 2018

Orientadora: Rafaela Soares Celestino

7. Título: Representações de gênero na publicidade para a infância enquanto pedagogia cultura

Palavras-chave: representações de gênero; publicidade infantil; pedagogia cultural.

Data: 2019

Orientadora: Rosângela Tenório de Carvalho

8. Título: Núcleo de estudos de gênero e enfrentamento da violência contra a mulher: aspectos relevantes de sua atuação no Estado de Pernambuco

Palavras-chave: Núcleo de Estudos de Gênero; Enfrentamento da Violência contra a Mulher; Secretaria da Mulher de Pernambuco; Gerência de Formação de Gênero de Pernambuco

Data: 2022

Orientadora: Janayna Cavalcante

4.3 Dissertações de mestrado – 2015 a 2022

Busca: gênero – título ou palavras-chave Fonte: ATTENA – Depósito Digital da UFPE

1. Título: Os Cadernos Escolares que “Falam”: Artefato de Subjetivação de Gênero e Sexualidade

Palavras-chave: Cadernos escolares; Gênero e sexualidade; Identidade; Modos de subjetivação; School notebooks; Gender and sexuality; Identity; Modes of subjectivation

Data: 2015

Orientadora: Rosângela Tenório de Carvalho

2. Título: Com a delicadeza necessária: o discurso de gênero e sexualidade em livros de literatura infantil

Palavras-chave: Educação sexual para crianças.; Identidade de gênero na educação.; Identidade de gênero na literatura.

Data: 2015

Orientadora: Rosângela Tenório de Carvalho.

3. Título: Infâncias trans: a emergência de uma narrativa social em (con)textos midiáticos e suas inter-relações com a educação

Palavras-chave: Identidade de gênero na educação; Infância; Sexualidade e educação; UFPE - Pós-graduação

Data: 2018

Orientadora: Anna Luiza Araújo Ramos Martins de Oliveira

4. Título: O livro didático de história sob a perspectiva das relações de gênero: uma análise entre os anos de 2007 e 2015

Palavras-chave: Livros didáticos; História - Estudo e ensino; Relações de gênero; UFPE - Pós-graduação

Data: 2018

Orientadora: Adriana Maria Paulo da Silva

5. Título: Isso não é um manifesto! Corpo, performance, moda-militância e imagem pedagógica

Palavras-chave: Corpo - Estudo - Gênero; Moda – Sexualidade - Gênero; Sociologia Educacional; UFPE – Pós-graduação

Data: 2019

Orientadora: Karina Mirian da Cruz Valença Alves

6. Título: Performances dissidentes no currículo: narrativas, diferença e construção de subjetividades

Palavras-chave: Currículos; Análise do Discurso Narrativo; Gênero e Sexualidade

Data: 2020

Orientadora: Anna Luiza Martins de Oliveira.

7. Título: Redações como instrumento de combate à violência doméstica contra a mulher: uma análise da produção textual de estudantes vencedores do Prêmio Naíde Teodósio.

Palavras-chave: Educação; Violência contra as mulheres; Gênero e Violência; Discurso - Análise; UFPE – Pós-graduação

Data: 2020

Orientadora: Aurenéia Maria de Oliveira.

8. Título: Ensino de sociologia em tempos de guerra à “ideologia de gênero” (ou da ideologia de “guerra ao gênero”): caminhos possíveis em meio aos novos campos minados na educação

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Ideologia de Gênero; Teoria do Discurso e Educação; Neoliberalismo e Neoconservadorismo na Educação; UFPE - Pós-graduação

Data: 2022

Orientador: Gustavo Gilson Sousa de Oliveira

9. Título: Representações de gênero na telenovela direcionada à infância: uma questão de currículo e pedagogia cultural

Palavras-chave: Telenovelas; Currículos – ensino e aprendizagem; Pedagogia cultural - infância

Data: 2022

Orientadora: Rosângela Tenório de Carvalho

4.4 Teses de doutorado – 2015 a 2022

Busca: gênero – título ou palavras-chave Fonte: ATTENA – Depósito Digital da UFPE

Título: As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação básica

Palavras-chave: Currículo. Gênero. Sexualidade. Prática Pedagógica; Curriculum. Gender. Sexuality. Teaching Practice.

Data: 2016

Orientadora: Maria Eliete Santiago

Título: Youtubers como uma pedagogia cultural de gênero: enunciados sobre menina-mulher nos canais de YouTube

Palavras-chave: Recursos audiovisuais; Youtubers; Gênero; UFPE - Pós-graduação

Data: 2020

Orientadora: Rosângela Tenório de Carvalho.

REFERÊNCIAS

- Ações de extensão CSE/CE. UFPE - Setorial de extensão, [S.D.]. Disponível em: < https://www.ufpe.br/documents/39006/0/A%C3%A7%C3%B5es+de+Extens%C3%A3o+CS+E_CE.pdf/afbb4fc7-bd00-4c52-9cdc-3a481ebfb78a >. Acesso em: 11, setembro de 2023.
- ATTENA, Depósito Digital da UFPE. UFPE, 2019. Disponível em: < <https://attena.ufpe.br/> >. Acesso em: 09, junho de 2023.
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Cendhec apresenta pesquisa sobre desigualdades de gênero na Educação. Afrontosas, 2022. Disponível em: < <https://afrontosas.org.br/cendhec-apresenta-pesquisa-sobre-desigualdades-de-genero-na-educacao/> >. Acesso em: 15, agosto de 2023.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. Gênero: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.
- FOUCAULT, Michel A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009^a.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.
- Grupos de Pesquisa. UFPE - Programa de Pós Graduação em Educação (PPPEdu), 2023. Disponível em: < <https://www.ufpe.br/ppgedu> >. Acesso em: 03, junho de 2023.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. DIFERENÇA NO CURRÍCULO. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140, p. 587-604, maio/ago. 2010.
- Programas e Projetos. UFPE – PROEXC, 2023. Disponível em: < <https://www.ufpe.br/proexc/projetos> >. Acesso em: 10, setembro de 2023.
- REIS, Cristina d'Ávila. PARAÍSO, Marlucy Alves. Normas de gênero em um currículo escolar: a produção dicotômica de corpos e posições de sujeito meninos-alunos. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(1): 416, janeiro-abril/2014.
- RUBIN, G. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. (mimeo) Texto Original: Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. Culture, Society and Sexuality, 2006, Routledge, 1st Edition. 38 p.
- RUBIN, Gayle, “The traffic in women: notes on the political economy of sex” In: Rayna Reiter (org), Toward an anthropology of women. New York, Monthly View Press, 1975 (Trad. Bras. Jamille Pinheiro Dias. In: Políticas do sexo, São Paulo, Ubu, 2017).
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999, 156 p.

SILVA, tomaz tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/Tomaz Tadeu da Silva (org). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 7. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

UFPE – PROACAD. COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DO PERFIL 1322-1 POR PERÍODO. Recife, [s.d.].

UFPE – PROACAD. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação/UFPE. Recife – 2007.

UFPE – PROACAD. RELATÓRIO PERFIL CURRICULAR. Recife, 2013. Disponível em:
<

https://www.ufpe.br/documents/39399/0/pedagogia_perfil_1322.pdf/43b7d557-c354-47a2-a826-ba5cf695a8d0 >. Acesso em: 03, junho de 2023.